

Relatório sobre os Principais Benefícios da Gestão de Riscos

Processo de “Acompanhamento da Execução dos Contratos Continuados”

Divisão de Orçamento/CPO/PROPLAD

18/06/2026

Este relatório apresenta os principais benefícios alcançados pela Coordenadoria de Programação e Alocação Orçamentária (CPO/PROPLAD) decorrente da implementação do Plano de Gestão de Riscos aplicado ao processo “Acompanhamento da Execução dos Contratos Continuados”.

Durante o monitoramento da execução dos contratos, foram identificados riscos capazes de comprometer a eficiência e a efetividade do processo. Em resposta, foram adotadas medidas de tratamento voltadas à prevenção, mitigação e correção dos eventos de risco identificados, fortalecendo os mecanismos de controle interno e contribuindo para o aprimoramento da gestão contratual e orçamentária. A seguir, são apresentados os principais riscos identificados, as ações implementadas e os benefícios gerados para a administração.

1. Redução da Assimetria de Informações e Prevenção de Falhas Operacionais

Um dos riscos identificados no âmbito da gestão de riscos foi a possibilidade de o gestor do contrato não solicitar o empenho necessário à execução da despesa dentro do prazo adequado. Para mitigar esse risco, passou-se a realizar a identificação preventiva dos contratos que se encontravam em vigência sem a correspondente solicitação de empenho. Paralelamente, foram definidos os responsáveis pela execução dessa atividade e estabelecido um acompanhamento sistemático junto aos fiscais e gestores dos contratos.

A implementação desse procedimento permitiu à unidade antecipar situações de atraso na instrução dos processos de empenho, reduzindo a ocorrência de falhas operacionais, minimizando impactos na execução contratual e conferindo maior eficiência ao fluxo de trabalho.

Outro risco relevante identificado dizia respeito à ausência, inconsistência ou incorreção das informações apresentadas nos processos de solicitação de empenho. Como medida de controle, foi implementado o **Formulário PROPLAD238**, bem como a obrigatoriedade de inclusão do extrato contratual extraído do sistema Contratos.gov. Essas medidas promoveram a padronização das informações encaminhadas à CPO, reduziram a incidência de erros e omissões e aumentaram a confiabilidade dos dados utilizados para a gestão orçamentária dos contratos.

Adicionalmente, foi identificado o risco de inconsistências no cálculo dos indicadores relacionados à execução contratual. A utilização do Formulário PROPLAD238 e do extrato contratual padronizado também contribuiu significativamente para a mitigação desse risco, ao facilitar a conferência e a revisão das informações. Como resultado, houve aumento da precisão dos indicadores utilizados para acompanhamento da execução dos contratos, ampliando a capacidade de monitoramento, a previsibilidade dos gastos e a qualidade das informações disponíveis para a gestão.

De forma geral, as medidas implementadas contribuíram para a redução da assimetria de informações entre os diversos atores envolvidos no processo, fortalecendo os mecanismos de controle e aumentando a transparência e a confiabilidade das informações contratuais.

2. Otimização dos Fluxos Processuais

A implantação do Formulário PROPLAD238 e da obrigatoriedade de apresentação do extrato contratual obtido no Contratos.gov possibilitou importante racionalização dos fluxos processuais relacionados à execução dos contratos continuados.

Anteriormente, os processos de solicitação de empenho eram submetidos à análise prévia da Coordenadoria de Contratos Administrativos (CCON), responsável por revisar as informações prestadas pelos fiscais e gestores com o objetivo de reduzir inconsistências e complementar dados necessários à instrução processual. Embora esse procedimento contribuísse para a qualidade das informações, também ocasionava aumento do tempo de tramitação dos processos.

Com a padronização das informações e o fortalecimento dos controles na origem, a etapa de revisão prévia tornou-se desnecessária, permitindo que os processos passassem a ser encaminhados diretamente à CPO. Essa alteração resultou em maior celeridade na tramitação processual, redução do tempo de atendimento das demandas e melhor aproveitamento da força de trabalho da CCON, cujos servidores puderam ser direcionados para outras atividades estratégicas da unidade.

3. Melhoria na Tomada de Decisões

A qualificação das informações contratuais decorrente das medidas de gestão de riscos implementadas produziu efeitos positivos na tomada de decisão dos gestores.

A redução das inconsistências documentais, a padronização dos procedimentos e o aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento possibilitaram maior confiabilidade dos dados utilizados no acompanhamento da execução contratual e orçamentária. Com informações mais precisas e tempestivas, os gestores passaram a dispor de melhores subsídios para análise, planejamento e tomada de decisão, aumentando a assertividade das ações administrativas e contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

4. Otimização da Alocação dos Recursos Públicos

No âmbito da execução orçamentária dos contratos continuados, foi identificado o risco de superestimação, por parte dos gestores e fiscais dos contratos, dos valores necessários para a execução das despesas. Para mitigar esse risco, foram aperfeiçoados os mecanismos de monitoramento da execução contratual, permitindo a realização de estimativas mais aderentes às necessidades efetivas de cada contrato.

Além disso, gestores e fiscais passaram a ser comunicados sobre situações de excesso ou insuficiência de saldo empenhado, sendo orientados, conforme o caso, a solicitar anulações ou reforços de empenho. Essa medida contribuiu para reduzir a imobilização desnecessária de créditos orçamentários e mitigar o risco de elevação dos valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados (RPNP).

Também foi identificado o risco de solicitação de despesas em montante superior ao teto orçamentário disponível. Para o tratamento desse risco, foram intensificadas as ações de monitoramento da execução contratual e orçamentária, incluindo a revisão periódica dos limites dos contratos, a realização de ajustes entre contratos, a emissão de recomendações para adequação ou limitação dos serviços contratados e, quando necessário, o remanejamento de recursos entre dotações orçamentárias e a solicitação de créditos adicionais.

Embora tais medidas não tenham sido suficientes para eliminar integralmente as situações em que a demanda contratual superou a disponibilidade orçamentária, elas contribuíram significativamente para reduzir a magnitude do problema e seus impactos sobre a execução institucional. Dessa forma, foi possível antecipar necessidades de ajuste, priorizar despesas essenciais e adotar providências tempestivas para evitar um cenário de maior desequilíbrio orçamentário, assegurando melhores condições para a continuidade dos contratos e para a gestão dos recursos disponíveis.

Em síntese, a implementação do Plano de Gestão de Riscos fortaleceu os controles internos associados ao processo de acompanhamento da execução dos contratos continuados, proporcionando ganhos de eficiência, celeridade, confiabilidade das informações e racionalidade na aplicação dos recursos públicos. Como resultado, foi possível corrigir tempestivamente desvios identificados, reduzir desperdícios e assegurar que os recursos disponíveis fossem direcionados de forma mais eficiente para o atendimento das atividades finalísticas da Universidade Federal do Ceará.